



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

TERMO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

DISTILLERIE STOCK DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.606.449/0001-20, com sua sede na Rua José Félix, 87, Jardim Taboão, SP/SP – CEP 0742-050, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante denominada “Requerente”;

Na qualidade de GARANTIDOR, visto que proprietário do imóvel indicado na(s) cláusula(s) 5.2.2 abaixo, assinará:

JEAN PIERRE EUGENE VINSON, brasileiro, [REDACTED], [REDACTED] com [REDACTED] – CEP: [REDACTED]

Cada uma das partes também denominada, individualmente, “Parte” e, conjuntamente, “Partes”, têm justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020, e na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente Transação tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos da Requerente, por meio da elaboração de um plano de amortização da totalidade dos débitos em aberto do contribuinte inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), e da redução de litígios administrativos e judiciais.

1.2. O passivo fiscal transacionado da Requerente é composto pelas inscrições em Dívida Ativa da União especificadas no **Anexo I**.

1.2.1. Não serão incluídas na Transação as inscrições em DAU especificadas no **Anexo II**, visto que não exigíveis na data da celebração.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

1.2.2. Conjuntamente, o **Anexo I** e o **Anexo II** englobam todos os débitos presentemente inscritos em Dívida Ativa da Requerente.

1.3. Enquanto vigente a Transação, a Dívida consolidada e transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando: a) a situação econômica da Requerente; b) a necessidade de viabilizar a superação da sua situação transitória de crise; c) os valores envolvidos, a situação das dívidas e a irrecuperabilidade dos créditos da Requerente (art. 25, III, “b”, da Portaria 6757/2022), serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do **Anexo III**:

2.1.1. Na modalidade DEMAIS, desconto máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento) a cada uma das CDAs, individualmente, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.1.2. Utilização, para abatimento dos débitos transacionados após a aplicação dos descontos, dos créditos de precatório federal especificados nos itens **4.1.1** e **4.1.2**.

2.1.3. A utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL no valor de R\$ 39.444.324,76 (trinta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais, e setenta e seis centavos), para a liquidação do saldo remanescente da Dívida Transacionada, após a incidência dos descontos ajustados e da utilização do precatório mencionado no item 2.1.2.

2.1.4. Pagamento da Dívida Transacionada de natureza não previdenciária (“Dívida Transacionada – Demais Débitos”) em até 84 (oitenta e quatro) prestações mensais;

2.2. O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.3. Os pagamentos serão efetuados até o último dia útil de cada mês, por meio de DARF emitida pela Requerente através da plataforma REGULARIZE, sendo o primeiro no mês da assinatura do presente acordo de transação.

2.4. Eventuais pagamentos feitos a maior, ou o pagamento adiantado de parcelas vincendas, serão abatidos das últimas parcelas da Transação, encurtando o período de cumprimento do acordo.

2.5. Se houver saldo devedor superior ao montante previsto para o último pagamento mensal, o valor remanescente deverá ser integralmente recolhido até a data de vencimento da última parcela.

2.6. A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de cinco anos da sua utilização.

2.7. Eventuais créditos que as requerentes venham a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio e diversos dos expressamente mencionados neste Termo, perante a União ou outros entes federados, deverão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação, sendo que:

2.7.1. Os valores obrigatoriamente serão revertidos para as contas da Transação, ainda que para tanto, seja necessário reduzir o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL descrito no item 2.1.3, em cumprimento ao disposto no artigo 36, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

2.7.2. No caso de valores levantados de depósitos judiciais, os valores vinculados aos débitos e ações judiciais objeto do presente Acordo serão imediatamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs, antes da consolidação da conta de Transação.

2.8. A formalização da Transação importa em confissão irrevogável e irretratável dos débitos objeto do negócio, nos termos do art. 174, §único, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), servindo para suspender e interromper o prazo prescricional em relação a todos os



débitos objeto do Acordo, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação seja parcial.

2.9. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração da Transação.

2.10. Mantém-se as garantias dos débitos eventualmente existentes até a quitação integral do saldo devedor do Acordo de Transação.

3. DOS DEPÓSITOS

3.1. Os depósitos judiciais vinculados aos débitos e ações judiciais objetos da Transação, detalhados ou não no **Anexo IV**, serão imediatamente convertidos em renda da União ou transformados em pagamento definitivo, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs especificadas no **Anexo I**, antes da consolidação da conta de Transação.

3.2. Os valores pecuniários bloqueados (BACENJUD/SISBAJUD) a pedido da Fazenda Nacional em ações judiciais objetos da Transação, detalhados ou não no **Anexo IV**, serão imediatamente convertidos em depósito judicial e, subsequentemente, em renda da União ou transformados em pagamento definitivo, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs especificadas no **Anexo I**, antes da consolidação da conta de Transação.

3.3. Em até 30 (dias) após a assinatura deste termo, a Requerente deverá peticionar nas Execuções Fiscais a que se vinculam os depósitos e valores descritos nos item **3.1 e 3.2**, para:

3.3.1. Noticiar ao juízo a celebração desta Transação;

3.3.2. Confessar a dívida de forma irrevogável e irretratável;

3.3.3. Desistir de qualquer discussão judicial pendente, incluindo eventuais impugnações e exceções de pré-executividade;

3.3.4. Requerer, conforme o caso a transformação dos depósitos judiciais em pagamento definitivo da União, ou a conversão dos bloqueios em depósitos judiciais, com a sucessiva transformação em pagamento definitivo.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

4. DOS PRECATÓRIOS

4.1. No ato de assinatura da Transação e consoante o modelo de escritura pública de cessão de precatório constante do **Anexo V**, as Proponentes cedem à Fazenda Nacional o direito creditório ao recebimento do(s) seguinte(s) precatório(s):

4.1.1. Precatório nº. 20240062704, oriundo do Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública nº 0650074-82.1984.4.03.6100, em trâmite perante o juízo da 6ª Vara Cível Federal de São Paulo – SP.

4.1.2. Precatório nº. 20240062786, oriundo do Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública nº 0650074-82.1984.4.03.6100, em trâmite perante o juízo da 6ª Vara Cível Federal de São Paulo – SP.

4.2. A cessão dos precatórios é ato irrevogável e irrevogável, independentemente do efetivo cumprimento integral da Transação.

4.3. Compete à Requerente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura da Transação:

4.3.1. Levar o instrumento particular de cessão dos precatórios (**Anexo V**) à registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

4.3.2. Peticionar, nos autos do cumprimento de sentença nº 0650074-82.1984.4.03.6100, informando a cessão do(s) precatório(s) à Fazenda Nacional, e – considerando que estes já se encontram penhorados pela União – concordando expressamente com a constrição, desistindo das defesas eventualmente apresentadas.

4.3.3. Peticionar, nos autos da execução fiscal nº 5006225-67.2024.403.6182, informando a cessão do(s) precatório(s) penhorado(s) à Fazenda Nacional, concordando expressamente com a constrição, desistindo das defesas eventualmente apresentadas.

4.4. Após a assinatura do presente termo de transação, a PGFN peticionará nos autos do cumprimento de sentença nº 0650074-82.1984.4.03.6100 solicitando que, quando do depósito do valor total do precatório, que o mesmo seja utilizado integralmente para pagamento da Transação, com o consequente levantamento das penhoras deferidas em favor da Fazenda Nacional.

4.5. Os valores indicados no Item 4.1, assim como eventuais outros créditos que a Requerente venha a dispor, por precatório, ou qualquer outro meio, perante a União



obrigatoriamente serão revertidos para a(s) conta(s) da Transação, ainda que para tanto, seja necessário reduzir o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL descrito no item **2.1.3**, em cumprimento ao disposto no artigo 36, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

4.6. Eventuais créditos que a Requerente venha a dispor, por precatório ou qualquer outro meio, obtidos perante outros entes federados, poderão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.

5. DAS GARANTIAS

5.1. A formalização do presente acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

5.2. A Requerente oferece como garantia:

5.2.1. A hipoteca do imóvel de matrícula nº 384.049 do 11º CRI de São Paulo, vinculado à atividade empresarial da Requerente, localizado à Rua José Felix nº 87, Jardim Taboão, São Paulo/SP, CEP 05742-050, avaliado em R\$ 53.008.000,00, conforme laudo apresentado pela Requerente, com sua anuência da alienação do imóvel pela plataforma “Comprei” – regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 3.050/2022, e pela Instrução Normativa CGR nº 40/2022 – na hipótese de rescisão da Transação.

5.2.2. A hipoteca do imóvel de matrícula nº. 69.928, do 13º C.R.I. de São Paulo, localizado à rua Prudente Correia, 298, Jardim Europa, São Paulo/SP, avaliado em R\$ 3.000.000,00, de propriedade de JEAN PIERRE EUGENE VINSON (já qualificado em epígrafe);

5.2.3. A penhora formalizada em execução fiscal das marcas "Aperitivo St. Remy", "Xarope Kaly" e "Gin Seagers", avaliadas em R\$ 20.905.000,00.

5.3. A hipoteca especificada no Item **5.2.1**, deverá ser formalizada em 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do presente Termo, sendo que o respectivo instrumento deverá ser apresentado à PGFN, nos 30 (trinta) dias subsequentes.

5.4. A hipoteca especificada no Item **5.2.2**, deverá ser formalizada em 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do presente Termo, sendo que o respectivo instrumento



deverá ser apresentado à PGFN e à execução fiscal nº. 5021592-39.2021.4.03.6182 – 2ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, nos 30 (trinta) dias subsequentes.

5.5. A Requerente deverá formalizar a penhora da(s) marca(s) especificada(s) no(s) Item(s) 5.2.3 acima, na execução fiscal nº. 5021592-39.2021.4.03.6182 – 2ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, devendo a lavratura do termo de penhora ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da assinatura da Transação.

5.5.1. A Requerente deverá providenciar a averbação da penhora das marcas no INPI, nos 60 (sessenta) dias subsequentes à lavratura do termo de penhora;

5.6. O valor de eventual ressarcimento por danos, ou indenização decorrente de seguro ou desapropriação referente aos imóveis referenciados nos itens **5.2.1 e 5.2.2**, deverá ser integralmente vertido para pagamento da Transação, e/ou aplicado em outro bem(ns) de mesma natureza que substituirá(ão) a garantia anterior, observando os mesmos meios de formalização.

5.7. Em caso de inadimplência, a cobrança judicial prosseguirá preferencialmente sobre os bens dados em garantia, inexistindo obrigação da Fazenda Nacional de executar as garantias em primeiro lugar.

5.8. Os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações estipuladas nos itens acima deverão ser apresentados à PGFN, por meio do serviço “comprovação de cumprimento das obrigações” disponibilizado no REGULARIZE (caminho “outros serviços”, “negociação individual”).

5.9. As garantias em comento serão mantidas até o integral adimplemento das inscrições em Dívida Ativa da União indicadas no **Anexo I**, mesmo no advento da rescisão ou desistência da Transação.

6. DA POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO DE BENS DADOS EM GARANTIA

6.1. O imóvel referenciado no item **5.2.2** e as marcas referenciadas no item **5.2.3** poderão ser objeto de alienação pela Requerente, mediante prévia anuência da Fazenda Nacional.

6.2. A alienação fica condicionada à inclusão da Fazenda Nacional como interveniente no contrato de compra e venda.



6.3. O valor da eventual venda dos bens supracitados deverá ser integralmente vertido para pagamento da Transação, e/ou aplicado em outro bem(ns) de mesma natureza que substituirá(ão) a garantia anterior, observando os mesmos meios de formalização.

6.4. O imóvel referenciado no item **5.2.1** poderá ser objeto de alienação pela Requerente, independentemente da anuência da PGFN, caso a alienação seja precedida do pagamento suplementar de 48 (quarenta e oito) parcelas da Transação.

6.5. O pagamento suplementar aludido:

6.5.1. Deverá ser objeto de aviso prévio à PGFN, por meio do serviço “comprovação de cumprimento das obrigações” disponibilizado no REGULARIZE (caminho “outros serviços”, “negociação individual”);

6.5.2. Será de 48 (quarenta e oito) parcelas independentemente de quantas parcelas já houverem sido adimplidas pela Requerente na Transação no momento do pagamento;

6.5.3. Será alocado nas 48 últimas parcelas vincendas da Transação, de modo abreviar em 4 (quatro) anos o prazo geral de duração do acordo celebrado;

6.5.4. Deverá ocorrer integralmente dentro de um mesmo mês, sendo que o pagamento regular da Transação, da parcela vencível no mês em questão, não será computado como uma das 48 parcelas necessárias;

6.5.5. Não poderá decorrer da alienação de outros bens dados em garantia;

6.5.6. Não poderá decorrer do recolhimento à conta da Transação de valores pecuniários bloqueados em ações judiciais, depósitos judiciais ou outros créditos que a Requerente venha a dispor, por precatório ou qualquer outro meio, obtidos perante a União ou outros entes federados.

6.6. Em caso de inadimplemento da Transação, os imóveis referenciados nos itens **5.2.1** e **5.2.2** serão disponibilizados para venda por meio da plataforma COMPREI/PGFN, visando a amortização do plano de pagamento previsto neste acordo.

6.7. A Requerente anui, desde já, com todas as regras do modelo COMPREI constante na Portaria PGFN nº 3050, de 6 de abril de 2022 e Instrução Normativa CGR-PGFN nº 40, de 19 de maio de 2022.



7. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

7.1. A Requerente reconhece e confessa, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua responsabilidade pelo pagamento dela, confissão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

7.2. Expressa e irrevogavelmente, a Requerente desiste das impugnações, PRDIs ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renunciam a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo expediente e/ou processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

7.3. A desistência e a renúncia de que trata o item anterior não exime a Requerente do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

7.4. As Partes, de comum acordo, seguindo os parâmetros estabelecidos em decisão monocrática pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Id 286032567), fixam os honorários advocatícios na ação anulatória n. 5023830-83.2021.4.03.6100 no valor de R\$ 3.654.993,79 (atualizado para 04/2025). Será concedido um desconto de 48,46% para o pagamento do valor, R\$ 1.883.783,79, em 36 parcelas.

7.5. As Partes, de comum acordo, seguindo os parâmetros estabelecidos em sentença da 6ª Vara Cível Federal de São Paulo (Id 303488920), fixam os honorários advocatícios na ação anulatória n. 5019039-37.2022.4.03.6100 no valor de R\$ 360.617,67 (atualizado para 04/2025). Será concedido um desconto de 48,46% para o pagamento do valor, R\$ 185.862,34, em 36 parcelas.

7.6. As Partes, de comum acordo, considerando os cálculos que já haviam sido apresentados no cumprimento de sentença n. 5006239-74.2022.4.03.6100, assim como o decurso do prazo para o pagamento voluntário naquele feito, implicando no acréscimo de multa e novos honorários, ambos no percentual de 10%, fixam os honorários advocatícios no valor de R\$ 896.008,35 (atualizado para 04/2025), que será pago em 36 parcelas.

7.7. Em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste termo, a Requerente deverá peticionar nos autos dos processos listados no **Anexo VI**, requerendo a desistência da ação e



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

renunciando aos direitos sobre os quais se fundam, nos termos da alínea “c” do inciso III do caput do art. 487 do Código de Processo Civil, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

7.8. Durante o período de vigência desta Transação, a Fazenda Nacional não se oporá à suspensão das execuções fiscais e não serão adotadas outras medidas executivas, além das previstas no presente instrumento.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

8.1.1. Presumir a boa-fé da Requerente em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;

8.1.2. Notificar a Requerente sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;

8.1.3. Tornar públicas todas as negociações firmadas com a Requerente, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo;

8.2. A Requerente aceita as condições da transação e assume as seguintes obrigações:

8.2.1. Fornecer à PGFN, por meio do serviço “comprovação de cumprimento das obrigações” disponibilizado no REGULARIZE (caminho “outros serviços”, “negociação individual”), os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações estipuladas no presente Termo.

8.2.2. Fornecer, sempre que solicitado(a) e por meio do serviço “comprovação de cumprimento das obrigações” supracitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

8.2.3. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

8.2.4. Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores,



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

8.2.5. Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

8.2.6. Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

8.2.7. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;

8.2.8. Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

8.2.9. Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;

8.2.10. Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e/ou a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

8.2.11. Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;

8.2.12. Manter-se regular e em dia com as Transações e Parcelamentos em curso, quitando mensalmente as parcelas devidas;

8.2.13. Manter, durante 5 anos, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais, inclusive comprobatórios dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais.

8.2.14. Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

precatórios federais expedidos em favor do contribuinte, para além daqueles já indicados na **Cláusula 4ª**.

8.2.15. Manter-se optante pela tributação pelo regime do lucro real durante toda a vigência do acordo, tendo em vista a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na presente transação.

8.2.16. Proceder à individualização dos valores recolhidos nas contas vinculadas dos respectivos trabalhadores, tal como determina o caput do art. 15 da Lei nº 8.036, de 1990, quando for o caso, nos termos do art. 5º, da Resolução CCFGTS nº 974/202.

8.2.17. Proceder à formalização das garantias da Transação, conforme especificado na **Cláusula 5ª**.

8.2.18. Peticionar nos processos judiciais, de modo desincumbir-se das obrigações previstas nos itens **3.3, 4.3 e 7.4**.

9. HIPÓTESES DE RESCISÃO

9.1. Implicará a rescisão da Transação:

9.1.1. A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não;

9.1.2. A falta de pagamento de 1 (uma) até 2 (duas) parcelas, conforme o caso, se todas as demais estiverem pagas;

9.1.3. A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

9.1.4. A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da Requerente;

9.1.5. A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;

9.1.6. A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

9.1.7. O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

9.1.8. O não peticionamento, pela Requerente, nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos; c) solicitar a transformação em pagamento definitivo dos valores bloqueados e/ou depositados nas ações judiciais objeto da Transação;

9.1.9. O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

9.1.10. A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;

9.1.11. A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da Requerente como forma de fraudar o cumprimento da Transação;

9.1.12. A comprovação de que a Requerente se utiliza de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

9.1.13. A comprovação de que a Requerente incorreu em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita;

9.1.14. A não confirmação do Prejuízo Fiscal e/ou da Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente, nos termos do art. 39 da Portaria PGFN nº 6.757/22, sem o correspondente recolhimento, via DARF, em até 30 dias, da diferença apontada;

9.2. A rescisão da Transação implicará:

9.2.1. A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência da Requerente;

9.2.2. A execução automática das garantias;

9.2.3. A revogação de Certidão de Regularidade Fiscal emitida durante o curso do Acordo;

9.2.4. A formalização de Representação Fiscal para fins penais nas hipóteses legalmente previstas;

9.3. Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 77, III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

9.4. A Requerente será notificada pela PGFN sobre a incidência de alguma hipótese de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do portal REGULARIZE ou de endereço eletrônico lá cadastrado.

9.5. A Requerente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

9.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

9.5.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo à Requerente acompanhar a respectiva tramitação.

9.5.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

9.5.4. A Requerente será notificada da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

9.5.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

9.5.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

9.5.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.

9.5.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pela Requerente, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irrisignação.

9.6. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, a Requerente deverá cumprir todas as exigências do acordo.

9.7. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

9.8. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

10. CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

10.1. A dívida inscrita transacionada não constituirá impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor das Requerentes, desde que considerados cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), enquanto vigente o acordo, e o pagamento das parcelas estiver regular.

10.2. Nos termos do art. 156, III, do CTN, os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração do acordo, inclusive a confirmação do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pela Requerente, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

11.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, e demais acréscimos legais, sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

11.3. O presente termo de transação individual não pode implicar na redução do montante principal do crédito inscrito em Dívida Ativa.

11.4. É vedada a desistência unilateral da Transação.

11.4.1. Eventual desistência efetuada unilateralmente pelo contribuinte no Portal Regularize, sem prévia concordância da Fazenda Nacional, deve ser caracterizada como hipótese de descumprimento do acordo, apta a atrair todas as consequências jurídicas decorrentes da rescisão da transação.

11.5. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 60 a 61 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 (SEI nº 19839.000420/2025-28) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

11.6. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

11.7. Os casos omissos observarão o disposto nas Portarias PGFN nº 2.382/2021 e 6.757/2022.

12. DOS ANEXOS

12.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

- Anexo I:** Relação das CDAs incluídas na Transação;
- Anexo II:** Relação das CDAs não incluídas na Transação;
- Anexo III:** Plano de pagamento acordado;
- Anexo IV:** Depósitos judiciais e valores penhorados pela Fazenda Nacional.
- Anexo V:** Escritura Pública de Cessão de Precatório Judicial Federal;
- Anexo VI:** Processos judiciais para desistência e renúncia.

SÃO PAULO, em 4 de julho de 2025.

BERNARDO ASSIS
Procurador da Fazenda Nacional

DISTILLERIE STOCK DO BRASIL LTDA
60.606.449/0001-20



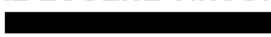
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações



CARLOS FERNANDO AUTO RIBEIRO

Subprocurador Regional da Fazenda
Nacional na 3ª Região

JEAN PIERRE EUGENE VINSON

Garantidor - 



ANA CAROLINA BARROS VASQUES

Procuradora-Chefe da Dívida Ativa na 3ª
Região





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

ANEXO I – Das CDAs incluídas na Transação

- | | | | |
|-----|-------------------|-----|-------------------|
| 1. | 80 3 21 003671-61 | 42. | 80 6 23 205122-43 |
| 2. | 80 3 22 002597-00 | 43. | 80 6 23 233700-40 |
| 3. | 80 3 22 003509-70 | 44. | 80 6 24 016511-03 |
| 4. | 80 3 22 003510-03 | 45. | 80 6 24 016557-88 |
| 5. | 80 3 22 003511-94 | 46. | 80 6 24 016560-83 |
| 6. | 80 3 23 000940-45 | 47. | 80 6 24 016562-45 |
| 7. | 80 3 23 000941-26 | 48. | 80 6 24 016563-26 |
| 8. | 80 3 23 000942-07 | 49. | 80 6 24 016572-17 |
| 9. | 80 3 23 000943-98 | 50. | 80 6 24 016967-00 |
| 10. | 80 3 23 003319-42 | 51. | 80 6 24 044846-40 |
| 11. | 80 3 23 003656-85 | 52. | 80 7 21 040115-81 |
| 12. | 80 3 23 003813-70 | 53. | 80 7 22 031178-09 |
| 13. | 80 3 23 004954-65 | 54. | 80 7 22 041968-85 |
| 14. | 80 3 23 004955-46 | 55. | 80 7 22 041969-66 |
| 15. | 80 3 23 004956-27 | 56. | 80 7 22 041970-08 |
| 16. | 80 3 23 004969-41 | 57. | 80 7 23 010439-66 |
| 17. | 80 3 23 005524-42 | 58. | 80 7 23 010440-08 |
| 18. | 80 3 23 005525-23 | 59. | 80 7 23 010441-80 |
| 19. | 80 3 24 000337-90 | 60. | 80 7 23 039274-03 |
| 20. | 80 3 24 000342-57 | 61. | 80 7 23 043267-99 |
| 21. | 80 3 24 000343-38 | 62. | 80 7 23 045346-34 |
| 22. | 80 3 24 000344-19 | 63. | 80 7 23 056561-05 |
| 23. | 80 3 24 000346-80 | 64. | 80 7 23 056562-88 |
| 24. | 80 3 24 000348-42 | 65. | 80 7 23 056564-40 |
| 25. | 80 3 24 000375-15 | 66. | 80 7 23 056571-79 |
| 26. | 80 3 24 001235-19 | 67. | 80 7 23 056572-50 |
| 27. | 80 6 21 142392-00 | 68. | 80 7 23 063929-00 |
| 28. | 80 6 22 104336-59 | 69. | 80 7 24 004286-53 |
| 29. | 80 6 22 134167-63 | 70. | 80 7 24 004292-00 |
| 30. | 80 6 22 134168-44 | 71. | 80 7 24 004294-63 |
| 31. | 80 6 22 134169-25 | 72. | 80 7 24 004297-06 |
| 32. | 80 6 23 036418-71 | 73. | 80 7 24 004299-78 |
| 33. | 80 6 23 036419-52 | 74. | 80 7 24 004302-08 |
| 34. | 80 6 23 036420-96 | 75. | 80 7 24 004348-90 |
| 35. | 80 6 23 144616-08 | 76. | 80 7 24 012996-01 |
| 36. | 80 6 23 155324-28 | 77. | 80 6 25 016601-12 |
| 37. | 80 6 23 160554-45 | 78. | 80 7 25 004645-62 |
| 38. | 80 6 23 205069-44 | 79. | 80 7 25 006849-29 |
| 39. | 80 6 23 205075-92 | 80. | 80 3 25 000519-60 |
| 40. | 80 6 23 205077-54 | 81. | 80 6 25 024764-04 |
| 41. | 80 6 23 205116-03 | | |



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

Anexo II - Relação das CDAs não incluídas na Transação

1. 80 7 11 016783-82
2. 80 3 11 001537-75
3. 80 6 11 082671-00
4. 80 7 12 003805-43
5. 80 3 12 000479-34
6. 80 6 12 007982-81
7. 80 7 13 000320-24
8. 80 3 13 000021-93
9. 80 6 13 000519-35
10. 80 7 14 026554-46
11. 80 3 14 003944-41
12. 80 7 16 029066-80
13. 80 3 16 003295-03
14. 80 6 16 069277-65
15. 80 6 14 114302-92



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região

ANEXO III – Plano de pagamento

Após da incidência dos descontos convencionados e do abatimento com os créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL – Percentual sobre saldo devedor:

Demais:

Período	Parcelas	%Dívida
Ano 1 a 7	1 a 84	100%



Anexo IV: Depósitos judiciais e valores penhorados pela Fazenda Nacional

- R\$ 834.142,75 – processo nº 0028996-13.2013.4.03.6182 – 09/09/2016, já depositados em conta judicial;
- R\$ 1.092.550,59 – processo nº 0028996-13.2013.4.03.6182 – 12/09/2016, já depositados em conta judicial;
- R\$ 162.674,47 – processo nº 5014753-61.2022.4.03.6182 – 18/08/2023, já depositados em conta judicial;
- R\$ 44.997,54 – processo nº 5007443-67.2023.4.03.6182 – 29/09/2023, apenas bloqueados;
- R\$ 78.268,45 – processo nº 5007443-67.2023.4.03.6182 – 29/09/2023, apenas bloqueados;
- R\$ 23.157,63 – processo nº 5007443-67.2023.4.03.6182 – 27/11/2023, apenas bloqueados;
- R\$ 1.261,57 – processo nº 5007443-67.2023.4.03.6182 – 31/11/2023, apenas bloqueados;
- R\$ 32.080,41 – processo nº 0042990-79.2011.4.03.6182 – 22/12/2023, penhora no rosto dos autos do processo nº 0765456-55.1986.4.03.6100, onde os valores ainda se encontram depositados.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região

ANEXO V – Escritura Pública de Cessão de Precatório Judicial Federal



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região

ANEXO VI – Processos judiciais para desistência e renúncia

Número do Processo	Classe	Juízo	Tipo Processo	Protocolo na Justiça
0019856-13.2009.4.03.0000	Agravo de Instrumento	Gab. 12 - DES. FED. WILSON ZAUHY - SAO	VIRTUAL	09/06/2009
5019039-37.2022.4.03.6100	Apelação	Gab. 14 - DES. FED. MARCELO SARAIVA - SAO	VIRTUAL	04/03/2024
0650074-82.1984.4.03.6100	Consignação em Pagamento	06ª Vara Cível - SAO PAULO	FÍSICO	19/06/1984
0765456-55.1986.4.03.6100	Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública	06ª Vara Cível Federal - SAO PAULO	VIRTUAL	14/05/1986
5006239-74.2022.4.03.6100	Procedimento Comum	11ª Vara Cível Federal - SAO PAULO	VIRTUAL	17/03/2022